

Proposta prevê troca da dívida por título

Segundo plano do Brasil, os bancos trocariam seus créditos por novos papéis

BRASÍLIA — O Brasil apresentou ontem aos bancos credores, em Nova York, sua proposta de renegociação, que prevê a transformação de toda a dívida externa do setor público (US\$ 51 bilhões) em novos títulos. O plano exclui da renegociação os US\$ 9 bilhões da dívida do setor privado e prevê que o pagamento dessa dívida (tanto o principal quanto os juros) poderá ser retomado tão logo a renegociação seja oficialmente iniciada. Este ponto deverá ser bem recebido pelos bancos credores, porque significará recebimento de dinheiro vivo, em vez de papéis, como os títulos.

A reunião da missão técnica brasileira com o Comitê Assessor dos Bancos Credores, iniciada quarta-feira em Nova York, é apenas de apresentação e termina hoje. Caberá agora aos bancos aceitar ou não que as negociações comecem e marcar a data para o seu início.

O plano que prevê a transformação da dívida em novos títulos é conhecido com o nome de "securitização", e foi defendido no governo passado pelo então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Os novos títulos não teriam carên-

cia. O de longo prazo pagaria juros mais altos e poderia ser resgatado antes da data original de vencimento, desde que os bancos detentores do papel se submetessem a um leilão. O segundo título, de médio prazo, pagaria juros menores e o terceiro, de curto prazo, seria uma espécie de bônus de saída. O banco que adquirisse esse bônus se livraria rapidamente da dívida, mas receberia juros muito baixos e só resgataria o papel no vencimento.

Os principais pontos da proposta foram revelados pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de

Mello. Ela informou que abandonou a idéia de fazer uma provisão de recursos para pagar juros no futuro. Nem Zélia nem o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, quiseram informar o que consideram longo, médio e curto prazo.

É uma questão de estratégia. Não podemos revelar estes dados, para não comprometer as discussões", justificou a ministra.

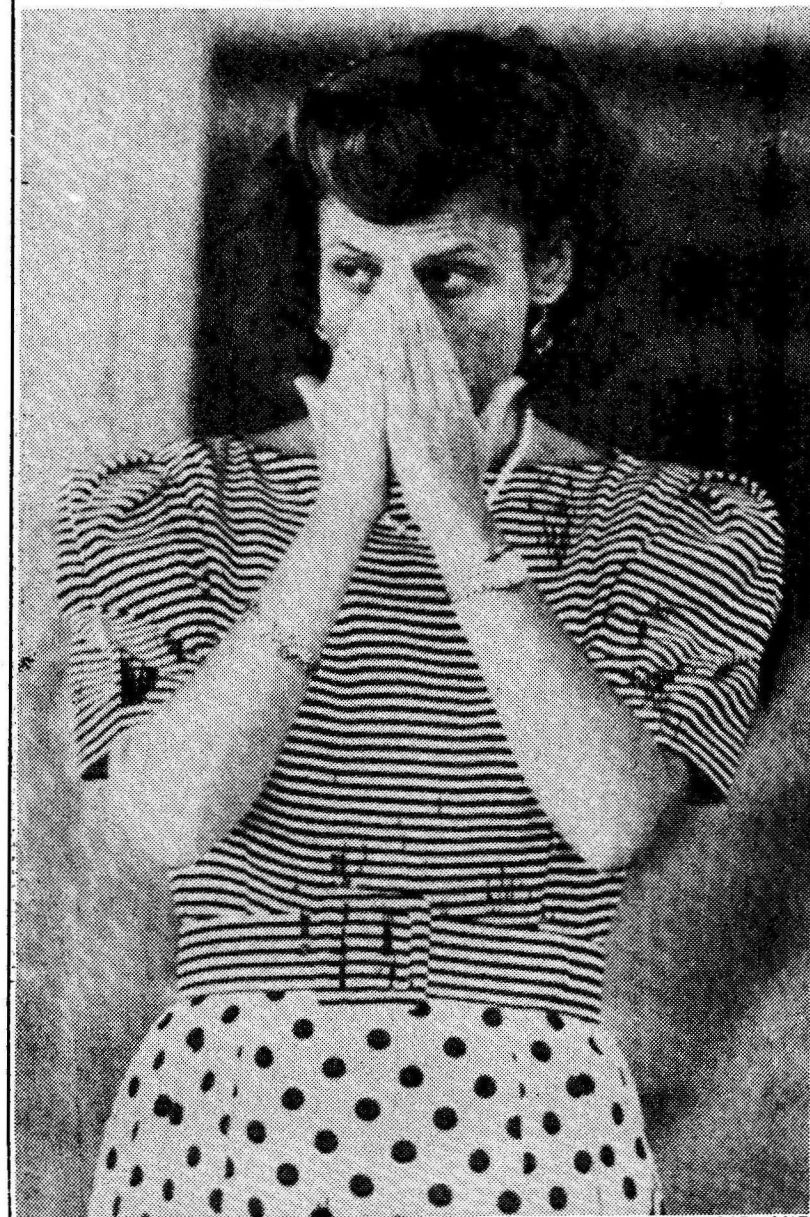
Zélia informou que a proposta brasileira tem duas outras novidades importantes. Os juros atrasados desde junho de 1989 até hoje (cerca de US\$ 8 bilhões) entrarão

na renegociação. Além disso, a renegociação das linhas de financiamento interbancárias de curto prazo (hoje na casa dos US\$ 9 bilhões) terá adesão voluntária, ao contrário de anos anteriores, em que integravam o pacote total de renegociação. A ministra explicou que o Brasil fará só uma exigência: que as agências de bancos brasileiros no Exterior (que operam as linhas de curto prazo) tenham "condições mínimas satisfatórias de atuação".

Os resgates dos novos títulos da dívida brasileira, bem como o pagamento dos juros, estão condicionados na proposta de ontem à capacidade de pagamento do País. Essa capacidade tem como base ou superávits fiscais que o Brasil vier a obter nos próximos anos. Abandonou-se a definição da capacidade pelo superávit da balança comercial do País.

A proposta brasileira tem uma peculiaridade, em relação aos títulos de longo prazo. Caso não ocorram leilões de deságio (que poderão ser anuais, no mínimo, e trimestrais, no máximo), o Brasil promoveria um sorteio entre os portadores dos papéis, realizado por uma entidade internacional. O limite do sorteio seria igual à capacidade de pagamento definida para o ano.

□ Mais informações sobre dívida externa na página 6



André Dusek/AE

Zélia: escondendo detalhes para não atrapalhar a negociação com credores